

Administrativa só em abril

A insegurança com o apoio da base, a dificuldade para fechar a reforma ministerial e divergências em pontos do relatório levaram o Governo a recuar da decisão de votar já a reforma administrativa na Câmara. Agora, pelo calendário dos governistas, isso só deverá acontecer no início de abril. Antes da primeira votação no plenário, haverá um teste: a votação do monopólio do petróleo, adiada para terça-feira.

A idéia anterior era votar a reforma na primeira semana de março. Mas houve divergência sobre fixação um extra-

teto de salários para parlamentares e ministros dos tribunais superiores. Agora, há polêmica em torno das atribuições do Senado para autorizar rolagens de dívidas e emissão de títulos por estados e municípios. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), não concordou com aprovar na reforma administrativa a proibição de que estados e municípios emitam títulos por 15 anos, nem que esta matéria fosse regulada por lei complementar. Os líderes peemedebistas também consideraram radical a proibição.